Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.08,2024

ISSN 2178-6925

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES E ESTUDANTES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: A INCLUSÃO EXCLUDENTE

SOCIAL REPRESENTATIONS OF TEACHERS AND STUDENTS IN THE CONTEXT OF AFFIRMATIVE ACTION POLICIES: THE EXCLUSIONARY INCLUSION

Polianna Ribeiro Santos
Nutricionista Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
E-mail: nutri.polianna@gmail.com

Andrea Sugai Mortoza
Nutricionista -Professora Associada da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
Email: andreasugai@ufg.br

Karine Anusca Martins
Nutricionista -Professora Associada da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil
E-mail: karine_anusca@ufg.br

RESUMO:

As Políticas de Ações Afirmativas no ensino superior buscam promover a justiça social ao utilizar as cotas sociais e raciais no acesso à universidade pública. Tem como principal desafio promover o acesso e a permanência material e simbólica dos estudantes. O objetivo do estudo foi identificar as Representações Sociais de estudantes cotistas, não cotistas e professores do curso de Nutrição de uma universidade pública no contexto da Políticas de Ações Afirmativas. Realizou-se um estudo qualitativo cujo referencial teórico metodológico foi a Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Participaram da pesquisa seis professores, quatro estudantes cotistas e cinco não cotistas que compuseram, respectivamente de grupos focais. As falas geradas foram transcritas e submetidas à Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados demonstraram que professores, cotistas e não cotistas compreendem o papel inclusivo da política na educação superior e a função segregacionista em virtude do desempenho acadêmico, independente da modalidade de ingresso do estudante na universidade. Tal segregação, pode estar justificada no ideal de democracia racial, hierarquia social, na igualdade formal, no produtivismo acadêmico e na meritocracia, em detrimento de questões sociais e raciais.

Palavras-Chave: Políticas de Ações Afirmativas; Ensino Superior; Representações Sociais; Pesquisa Qualitativa.

ISSN 2178-6925

ABSTRACT:

Affirmative Action Policies in higher education seek to promote social justice by using mainly social and racial quotas in access to public university. Its main challenge is to promote students' access to, material, and symbolic permanence. The objective of the study was to identify the Social Representations of quota students, non-quota holders and professors of the Nutrition course of a public university in the context of the Affirmative Action Policies. A qualitative study was carried out, whose methodological theoretical reference was the Theory of Social Representations by Moscovici. Six teachers, four student quotaters and five non-quota students, respectively, composed the focus group participated in the study. The generated statements were transcribed and submitted to Bardin content analysis. In the results, it was found that teachers, quota holders and non-quota holders understand the inclusive role of Affirmative Action Policies in higher education and the segregationist function of academic performance, regardless of the modality of student admission to university. Such segregation may be justified in the ideal of racial democracy, formal equality, academic productivism, and meritocracy, to the detriment of social and racial issues.

Keywords: Affirmative Action Policies; Higher education; Social Representations; Qualitative research.

1 INTRODUÇÃO

As Políticas de Ações Afirmativas (PAA) podem ser definidas como medidas redistributivas, implementadas para criar compensação ou reparação na igualdade de oportunidades para grupos e populações socialmente excluídas (DAFLON; FERES JÚNIOR; CAMPOS, 2013; BRASIL, 2012; UFG, 2022). Buscam promover a inclusão social, política, econômica e cultural de negros, indígenas, quilombolas, mulheres, deficientes, entre outros sujeitos em situação de vulnerabilidade social (GEMAA, 2011; UFG, 2022).

No ensino superior, as cotas sociais e raciais são as medidas de inclusão mais utilizadas de promoção preferencial aos grupos discriminados. Concessão de financiamentos, bolsas de estudos ou bônus (pontuação adicional na nota do vestibular) também compõem as PAA nas Instituições de Ensino Superior (IES) (GEMAA, 2011).

As medidas afirmativas foram fortalecidas nas IES públicas, a partir de 2007, com a criação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007). O tema ganhou maior destaque a partir da sanção da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que tornou obrigatória, a contar de 2016, o uso de cotas raciais e sociais, por meio da reserva de 50,0% das vagas das IES federais, para estudantes egressos de escolas públicas com subcotas para pretos, pardos e indígenas (BRASIL, 2012).

Sabe-se que a implantação de uma política de cotas sociais e raciais em uma

ISSN 2178-6925

IES pública pode trazer uma série de desafios na perspectiva de garantir o acesso e a permanência, material e simbólica, dos estudantes na graduação (NEVES; FARO; SCHMITZ, 2016; PASSOS, 2015). Em revisão que investigou os limites e desafios das políticas de democratização da educação superior brasileira, foram identificados entraves vivenciados pelo estudante cotista por cor e/ou condição financeira. Dentre elas destacaram-se: o sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário e de não representatividade pelo corpo docente; a inviabilidade de trabalhar ou conciliar estudo e trabalho devido ao turno integral; a reduzida oferta de bolsas acadêmicas e as dificuldades em acompanhar conteúdos em função da formação básica deficiente (PAULA, 2017).

Além dos limites e desafios materiais e simbólicos que dificultam a conclusão do curso de graduação pelo cotista, somam-se aos entraves da permanência, a existência de aspectos legais, históricos e midiáticos que questionam a legitimidade das PAA (BAYMA, 2012; MIRANDA, 2016; FERES JÚNIOR; AUGUSTO; TOSTE, 2011; DAFLON; FERES JÚNIOR, 2012). Os aspectos legais que questionam a legitimidade das PAA estão relacionados a ocorrência da racialização no país, a discriminação racial reversa de brancos contra negros, e a impossibilidade de restituição direta aos danos causados aos grupos vulneráveis injustiçados no passado (BAYMA, 2012).

Os aspectos históricos relacionam-se, principalmente, ao ideal de democracia racial e hierarquia social instaurado no Brasil na primeira metade do século XX. Neste período, a miscigenação brasileira foi utilizada a favor do discurso de democracia entre as raças e serviu para tornar implícito os processos excludentes que marginalizam o negro, o pardo e o pobre na sociedade (MIRANDA, 2016).

Resultados na literatura científica de trabalhos realizados com universitários, estudiosos da área e a população em geral, no contexto das PAA, mostram que os posicionamentos contrários de tais grupos frente as cotas coadunam com as notícias veiculados pelas grandes mídias (DAFLON; FERES JÚNIOR, 2012; CASTRO; KOELZER, 2014; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2015; HAAS; LINHARES, 2012; CAMPOS; FERES JÚNIOR; DAFLON, 2013). Em ambos os contextos, mídia e artigos científicos, há uma supervalorização da discussão em torno da temática, que consideram as cotas como medidas assistencialistas, capazes de acirrar conflitos raciais e ferir a meritocracia. Tais posicionamentos podem estar justificados no ideal

ISSN 2178-6925

de democracia racial e hierarquia social que por sua vez naturaliza as desigualdades (MIRANDA, 2016). A mídia se apoia principalmente nos aspectos contrários a legitimação das PAA para defender os interesses da elite capitalista que a financia (SILVA, 2009).

Nesta perspectiva, a Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (FANUT/UFG) iniciou em 2014 um estudo com duração prevista de 10 anos, cuja finalidade é caracterizar, intervir e monitorar quanti-qualitativamente diversos aspectos que envolvem o acesso e permanência dos estudantes ingressos pelas ações afirmativas na FANUT/UFG. Os resultados preliminares demonstram haver uma alteração do perfil sociodemográfico cultural e econômico dos estudantes na FANUT/UFG. Os estudantes cotistas da faculdade comparado aos não cotistas, são em sua maioria pardos ou pretos, necessitam de utilizar o transporte coletivo e gastam mais de uma hora no trajeto entre a casa e a faculdade. Além de apresentarem maiores dificuldades financeiras, emocionais e de aprendizagem (SANTOS et al., 2016; SILVA et al., 2016). Estes fatores acentuam as desigualdades internas e interferem na permanência dos cotistas na instituição (SILVA et al., 2016; DUBET, 2015; UFG, 2022).

Os aspectos legais, midiáticos e históricos supracitados e as dificuldades materiais e simbólicas do estudante cotista na graduação questionam tanto a finalidade a inclusiva quanto a legitimidade das medidas de Ações Afirmativas no ensino superior. Este cenário contribui para acentuar as desigualdades internas vivenciadas pelos estudantes cotistas e não cotistas na universidade, os quais partilham um conhecimento elaborado socialmente no contexto das consequências das ações afirmativas no cotidiano universitário (PAULA, 2017; DUBET, 2015).

O referencial teórico metodológico que permite compreender a construção de um saber construído socialmente em relação a um objeto é a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Serge Moscovici (MOSCOVICI, 2015). A TRS é uma abordagem psicossocial que buscar compreender como o senso comum se apropria do saber científico no contexto das interações sociais e da relação sujeito-objeto (MOSCOVICI, 2015; JODELET, 2001).

As PAA, além de serem objeto de estudo das Representações Sociais (RS), articulam-se com a área da saúde coletiva ao considerar a educação como um dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS). Os DSS são fatores sociais, econômicos,

ISSN 2178-6925

culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco. O acesso à educação é o traço comum defendido tanto pelas medidas afirmativas quanto pela área de saúde coletiva, tendo em vista que a elevação dos níveis educacionais melhora as condições de vida da população, com redução das iniquidades em saúde iniquidades em saúde (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007; BRASIL, 2018).

Diante do cenário legal e sócio-histórico, torna-se necessário compreender como ocorre o processo de construção social do conhecimento, frente as PAA no ensino superior, a partir da escuta dos principais sujeitos envolvidos com o tema: acadêmicos e professores universitários. A presente pesquisa teve por objetivo identificar o conteúdo das Representações Sociais de estudantes cotistas, não cotistas e professores do curso de Nutrição de uma universidade pública federal no contexto das PAA no ensino superior.

Identificar as Representações Sociais (RS) destes grupos e não apenas conhecer o posicionamento de cada um frente à política, permite compreender os significados gerados pela implantação das cotas no cotidiano universitário. Além disso, comparar as RS elaboradas por estudantes cotistas, não cotistas e professores pode subsidiar a realização de futuras pesquisas que permitam compreender a gênese das RS tanto de professores quanto de estudantes.

METODOLOGIA

Este estudo, de metodologia qualitativa é parte integrante de um projeto matriz intitulado “Estudantes de Nutrição no Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal de Goiás (UFG): caracterização, intervenção e monitoramento”. Foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Goiás sob o parecer de número 1.144.103, de 06 de julho de 2015.

A pesquisa foi realizada com três públicos: a) professores, b) estudantes cotistas e, c) não cotistas da FANUT/UFG, que compuseram, cada um deles, de um Grupo Focal (GF) formado por quatro a seis pessoas. O processo de seleção foi intencional com o propósito de refletir a diversidade de vivências dentro do grupo (BARBOUR, 2009). O convite para participação na pesquisa se deu por e-mail ou telefone. Para tanto, buscou-se convidar estudantes cotistas e não cotistas com variedade de cor (preto, pardo branco e amarelo), sem vínculo afetivo (amigos ou

ISSN 2178-6925

namorados) e que estivessem situados no início (1º a 3º período), meio (4º a 6º período) ou fim do curso (7º ao 10º período). Os professores convidados pertenciam ou ao núcleo comum ou específico do curso e deveriam estar com no mínimo dois anos de prática docente na FANUT/UFG.

Todos os participantes foram anteriormente esclarecidos quanto aos objetivos do estudo bem como seus aspectos éticos, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) juntamente com a autorização do uso de som e imagens para fins da pesquisa. A coleta de dados ocorreu por meio da realização de três GF, cuja técnica consistiu na realização de entrevistas grupais sob a mediação de um moderador. O emprego dessa técnica permitiu gerar *insights* relacionados ao processamento e significação das informações produzidas no discurso (BARBOUR, 2009).

Os GF ocorreram entre os meses de março a maio de 2017, em salas de aula da FANUT/UFG. Para o GF de estudantes, a sala foi ambientada com materiais de estímulo, na forma figuras e objetos relacionados ao cotidiano do estudante, como ônibus, cama, relógio, professor, capelo de formatura e uma maquete que representava os ambientes de lazer, a faculdade e a residência dos estudantes. No GF dos professores afixou-se em uma parede figuras de bonecos de cores preta, parda e branca para representarem a composição discente do ambiente universitário. Todos os GF foram gravados em áudio e vídeo com o consentimento e foram realizadas técnicas de acolhimento e de descontração.

Cada GF ocorreu no período médio de 60 minutos e foi conduzido por três pesquisadores, sendo uma moderadora e duas observadoras. A moderadora seguiu um roteiro semiestruturado com questões abertas, esclareceu as regras do GF e conduziu a discussão. As observadoras monitoraram a gravação e realizaram anotações referente as interações não verbais dos participantes e do moderador durante os GF. Todas receberam treinamento prévio.

A elaboração das questões norteadoras foi subsidiada nos resultados quantitativos de um estudo recorte do projeto matriz. Dentre as perguntas direcionadas aos estudantes foram apresentadas: “Quando se fala em ações afirmativas no ensino superior o que vem à mente de vocês? Como você percebe a sua vida a partir de seu ingresso na UFG? Quais sugestões você daria para reverter as dificuldades apresentadas?”

ISSN 2178-6925

As perguntas voltadas para os professores foram: “Como vocês percebem a inserção das ações afirmativas no cotidiano da FANUT/UFG? Como vocês percebem a relação existente entre os estudantes não cotistas, cotistas e professores? Você percebe alguma segregação entre os estudantes? Se sim, o que está por trás disso? Quais sugestões você daria para reverter as dificuldades apresentadas?”

Vale destacar que as questões elaboradas não intencionaram motivar um posicionamento dos estudantes e professores diante da implantação de cotas, mas sim, compreender as RS elaboradas pelos sujeitos da pesquisa em meio a um contexto de medidas afirmativas existentes na universidade. Neste sentido, as perguntas foram direcionadas para a vivência dos sujeitos em meio ao objeto (cotas) e não para o posicionamento destes frente ao objeto.

O processo de análise dos dados envolveu a transcrição das falas geradas nos GF para arquivo em computador seguida da realização da análise de conteúdo temática. Esta técnica ocorre por meio da divisão de temas (unidade que traz significado a um conteúdo) e categorias em função da situação do sujeito (estudantes e professores) frente ao objeto Políticas de Ações Afirmativas (BARDIN, 2016).

Vale ressaltar que, nesta pesquisa, a RS é a representação pela população de um dado fenômeno ou objeto, tanto pelo seu processo quanto pelo seu conteúdo. O caráter dual, processo e conteúdo, envolve respectivamente, operações psicológicas e a (re)apresentação do objeto pelo sujeito na forma de uma imagem (LAHLOU; ABRIC, 2011). Sendo assim, os resultados deste referem-se ao conteúdo da representação, que envolveram o objeto das ações afirmativas materializado nas cotas sociais e raciais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo quatro estudantes cotistas com idade entre 22 e 34 anos (mediana: 24 anos), cinco estudantes não cotistas de 20 a 24 anos (mediana: 22 anos) e seis professores, dois do núcleo comum e quatro do núcleo específico do curso, com idades entre 34 e 61 anos (mediana: 40,5 anos).

A partir da análise dos GF, os conteúdos da representação foram categorizados em três eixos temáticos para estudantes cotistas e não cotistas: conceito das PAA, dificuldades em cursar Nutrição em uma IES pública e sugestões para efetivação da PAA na instituição. Para os professores o eixo temático, dificuldades em cursar

ISSN 2178-6925

nutrição, foi adaptado para que estes consideravam como dificuldades vivenciadas pelos estudantes.

No que tange ao conceito da PAA foi encontrado como conteúdo da representação o termo inclusão. A inclusão, nos três GF, foi a palavra que aglutinou e deu concretude ao conjunto de ideias referentes ao conceito de ações afirmativas (MOSCOVICI, 2015). Os estudantes cotistas definiram o objeto, ações afirmativas, a partir do conceito político legal; os professores o relacionaram à noção de exclusão/marginalidade, enquanto os estudantes ingressos pelo sistema universal não caracterizaram o termo (inclusão) utilizado para definir o objeto Política de Ações Afirmativas (Quadro 1).

Quadro 1. Conteúdos da Representação Social de estudantes cotistas, não cotistas e professores, referente a categoria temática "conceito da Política de Ações Afirmativas no ensino superior". Goiânia, 2017. Unidades de contexto e de registro apresentadas em ordem decrescente de frequência.

Grupos	Unidades de contexto	Unidades de registro
Cotistas	Inclusão	- Uso de cotas para estudantes de escola pública, de baixa renda e autodeclarados negros, pardos e indígenas
Não Cotistas	Inclusão*	-
Professores	Inclusão	- Uso de cotas para estudantes marginalizados ou vulneráveis do ponto de vista intelectual e social

*Não caracterizam a inclusão.

No entanto, a caracterização do termo inclusão se diferiu entre os três grupos (professores, cotistas e não cotistas) em virtude do capital cultural (acesso a bens culturais), capital econômico (fatores que envolvem bens econômicos) e capital social (recursos que garantem a formação de rede de relações) destes grupos (LIMA; CAMPOS, 2015). Além de envolver questões relacionadas a atual estrutura das universidades federais, cuja formação incita a atuação de profissionais a serviço do capital produtivo e financeiro, principalmente por meio da ciência e tecnologia (VOSGERAU et al., 2017).

A inclusão, do ponto de vista das políticas afirmativas, é um meio utilizado para atingir a igualdade, sobretudo a social (QUEIROZ; REZENDE; FARIA, 2014). O sujeito, ao se posicionar de maneira adepta às medidas de inclusão, é considerado como alguém favorável à promoção da igualdade em suas diferentes vertentes, étnica, social e cultural. No entanto, quando professores e estudantes vivenciam os

ISSN 2178-6925

processos inclusivos no cotidiano, encontram entraves que contradizem a ideia de garantia da igualdade anteriormente defendida por esses grupos (CAMPOS, 2017).

No presente estudo, professores e estudantes, cotistas ou não, compreendem que no cotidiano universitário, a inclusão conceituada por eles, encontra entraves que limitam a sua efetivação. Alguns estudantes (cotistas e não cotistas) referiram, mesmo que de maneira não consensual, haver uma disparidade entre a inclusão proposta pelas PAA e a inclusão cotidiana:

> *As cotas acabam facilitando essa entrada na Universidade. C**laro que não tira a dificuldade que ele vai ter depois tendo que estudar mais**, mas facilita a entrada. (*Fala de uma estudante cotista. Grifos dos autores).
>
> *Quando ele chegou dormiu num....num lugar lá que eles arrumaram pra ele, depois que foi arrumar um quarto. Então assim, o programa é muito bom **só que ele não vê a proporção que ele tomou e ele recebe o estudante de qualquer jeito**. (*Fala de uma estudante não cotista relatando as dificuldades enfrentadas por um estudante indígena no curso. Grifos dos autores).

Percebe-se, ao longo da discussão gerada nos GF, uma distinção entre a idealização imagística e naturalizada da inclusão e, a realidade da inclusão cotidiana, com os seus problemas internos (MOSCOVICI, 2015; CAMPOS, 2017). Faz-se necessário ampliar a discussão sobre o papel inclusivo das PAA no ensino superior, haja vista a contraditoriedade entre a inclusão idealizada e a inclusão cotidiana. Esta dualidade tem como um dos panos de fundo o sistema capitalista, cujo modo de produção motiva a competitividade e, esta, promove a exclusão (GUARESCHI, 2014). Logo, assimilar a inclusão como medida de promoção da igualdade exige imersões e reflexões, além de aspectos que envolvem as RS, sob questões sócio-históricas, políticas e simbólicas que permitam elucidar e dialogar, inclusive, sobre as interferências do modo de produção vigente.

Durante os GF professores e estudantes apontaram limitações no processo inclusivo por cotas. Alguns desses entraves referiram às dificuldades do cursar Nutrição relatadas pelos três grupos (Quadros 2 e 3). Os estudantes dos dois grupos consideram o turno integral do curso, uma das principais dificuldades enfrentadas por eles durante a graduação. No entanto, o impacto causado pelo curso integral é maior nos cotistas se comparado aos não cotistas, e reflete, segundo a fala do primeiro

ISSN 2178-6925

grupo, em maiores gastos financeiros, o qual interfere na saúde e no lazer e reduz a possibilidade de trabalho ou estágio curricular não obrigatório ou extra curricular.

Como consequência, esses fatores dificultam a permanência dos ingressos por ações afirmativas no curso. Por outro lado, os estudantes não cotistas referiram que a dificuldade mais frequente decorrente do curso integral é a falta de tempo para realização de outras atividades (Quadro 2).

Quadro 2. Conteúdos da Representação Social de estudantes cotistas e não cotistas quanto às dificuldades em cursar nutrição em uma universidade pública federal. Goiânia, 2017. Unidades de contexto e registro apresentados em ordem decrescente de frequência.

Grupos	Unidades de contexto	Unidades de registro
Cotistas	Curso integral	- Falta de tempo - Interfere na saúde e no lazer - Dificulta a permanência na faculdade - Demanda gastos financeiros - Reduz a possibilidade de realização de estágio extracurricular
	Sobrecarga de atividades acadêmicas	- Diminui o contato com a família
	Dificuldades financeiras	- Causa incômodo por não ajudar financeiramente nas despesas da família
	Discriminação de colegas e professores aos estudantes cotistas ou não cotistas com baixo desempenho	
Não Cotistas	Curso integral	- Falta de tempo
	Competição por notas entre colegas de turma	
	Falta de preparo dos professores para lidar com cotistas	- Principalmente Indígenas
	Sobrecarga de atividades acadêmicas	- Gera cansaço e impede momentos de lazer
	Discriminação de colegas e professores aos estudantes cotistas ou não cotistas com baixo desempenho	

Quadro 3. Conteúdos da Representação Social de professores quanto as dificuldades dos estudantes cotistas e não cotistas em cursarem nutrição em uma universidade pública federal. Goiânia, 2017. Conteúdos apresentados em ordem decrescente de frequência.

Unidades de contexto	Unidades de registro
Estudantes cotistas apresentam durante a graduação reduzido conhecimento sobre conteúdos básicos de ensino médio	- Alguns cotistas apresentam incapacidade intelectual - Altas taxas de reprovações dos cotistas nos períodos inicias do curso

ISSN 2178-6925

	- As cotas nas universidades podem reduzir a qualidade do curso
Pouco contato professor-estudante	- Devido à sobrecarga de atividades acadêmicas - Não representatividade (identificação) do estudante cotista pelo professor - Distância entre a residência e a faculdade reduz o tempo para o estudante procurar o professor
Segregação entre os estudantes	- Questões econômicas - Questões étnicas e raciais - Por comprometimento e responsabilidade na realização das atividades acadêmicas

O turno integral do curso reflete a estrutura das universidades federais, moldadas para receber o estudante com maior disponibilidade de tempo e não para contemplar o estudante-trabalhador e o trabalhador-estudante. Essa característica estrutural da universidade favorece o diálogo com a teoria da socialização escolar de Bourdieu e Passeron, que considera a escola como um meio que assegura as origens aos destinos sociais dos sujeitos e reproduz as hierarquias sociais como forma de manter as desigualdades na sociedade (LIMA; CAMPOS, 2015; PAULA, 2017). Neste contexto, o estudante cotista precisa recorrer às bolsas acadêmicas para permanecer no curso, porém, encontra outro entrave, visto que a demanda de bolsas é maior que a oferta (SILVA et al., 2016).

A sobrecarga de atividades acadêmicas foi uma queixa tanto de cotistas quanto de estudantes não cotistas. Os não cotistas referiram que a sobrecarga acadêmica gera cansaço e impede momentos de lazer. Por outro lado, os não cotistas queixaram o excesso de atividades do curso diminui o contato com a família (Quadro 2). Alguns aspectos vivenciados pelos estudantes de ações afirmativas podem justificar essa realidade, tais quais – o tempo reduzido para estudo diante das esperas ao se utilizar transporte público, além da necessidade de trabalhar nas horas vagas e de estudar em horários alternativos (madrugada e finais de semana) (SANTOS et al., 2016; SILVA et al., 2016; BARDAGI; HUTZ, 2012; ALMEIDA et al., 2022).

Um estudo realizado com estudantes cotistas e não cotistas da Universidade de São Paulo (USP) e outro realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), demonstraram que conciliar estudo e trabalho gera auto cobrança nos estudantes cotistas que, por sua vez, precisam compensar os estudos em horários alternativos (intervalos ou madrugada), bem como apresentam tempo reduzido para socializar no ambiente acadêmico e para participarem em atividades de pesquisa, ensino e/ou extensão em horários extraclasse, além de dificuldades de compreensão da linguagem acadêmica (MAYORGA; SOUZA, 2012; SILVA, GIROTTO, 2021). O uso

ISSN 2178-6925

do transporte público é realidade encontrada em mais da metade dos estudantes universitários no contexto nacional (sem distinção da forma de ingresso) e, também, local (ANDIFES, 2019; SILV et al., 2016; ALMEIDA et al., 2022). E a possível deficiência de conteúdos do ensino médio é colocada tanto em estudos sobre a PAA quanto em pesquisas que investigaram os repertórios discursivos de estudantes cotistas (HAAS; LINHARES, 2012).

O conteúdo da RS menos frequente, mas não menos importante do ponto de vista histórico-político, referido por cotistas e não cotistas, foi a discriminação em virtude do baixo desempenho acadêmico. No aspecto legal, o desempenho dos estudantes de graduação é medido por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). O ENADE consiste em uma avaliação teórica com assuntos de conhecimentos gerais e específicos do curso (BRASIL, 2017). No entanto, no cotidiano universitário, o bom desempenho acadêmico é compreendido no tirar boas notas, na participação em eventos científicos, projetos de pesquisa, de extensão, monitoria, entre outras atividades acadêmicas:

> *Eu vejo como uma questão de destaque, eu não sei! Mas eu vejo isso, que é alguém que quer se destacar mais... É uma competição desumana... Então tem gente que vê dessa forma de "**Eu não quero perto de mim, por que já reprovou" ... Então é como se diz assim, tá podre!** Bem grosseiramente falando*... (Fala de uma estudante não cotista. Grifos dos autores).
>
> *O preconceito foi disso mesmo... de ah! "**Você tira nota boa, você pertence ao grupo" ... Sabe eu já vi muito que aqui é por título**. Quem consegue nota maior tem prestígio e **o professor também tem essa discriminação...** Pra dar oportunidade para os estudantes, muitas vezes, ele usa a classificação por nota* (Fala de uma estudante cotista. Grifos dos autores).
>
> *O destaque independente de ser cotista ou não, ele pode vir de instituição pública ou não, **se ele for alguém que não tem um rendimento ele vai ser mal visto pela maioria da turma**.* (Fala de um estudante cotista. Grifos dos autores)

De acordo com as falas dos estudantes, o desempenho acadêmico, traduzido principalmente na participação em projetos de pesquisa e na obtenção de boas notas, é fator que segrega os estudantes durante a graduação, independente da modalidade de ingresso na universidade. Ou seja, foi encontrado a partir da fala dos participantes,

ISSN 2178-6925

que a discriminação de professores e colegas aos estudantes cotistas ou não, ocorre pelo desempenho acadêmico em detrimento de questões sociais e raciais.

Este resultado, levanta a possibilidade de que a reduzida ou não menção, das diferenças raciais durante as discussões dos GF, deve-se ao mito da identidade nacional fundamentada no ideal de democracia racial (CAVALCANTE, 2014; MIRANDA, 2016). O ideal imaginário da democracia racial contribuiu para mascarar a naturalização das desigualdades sociais e do preconceito racial no país (MIRANDA, 2016).

Neste sentido, as desigualdades passam a ser consideradas como consequências da hierarquia social ou resultado das diferenças individuais e não como fruto das injustiças sociais e raciais. Os resultados também levantam outra possibilidade, de que os estudantes não cotistas aceitam os cotistas no curso e, por sua vez, os primeiros priorizam aspectos relacionados ao mérito em detrimento de questões relacionadas à raça ou diferenças econômicas. O destaque acadêmico durante a graduação é fruto do mérito do estudante, ao tirar boas notas, participar de atividades científicas e desenvolver projetos de pesquisa ou extensão. Por sua vez, o uso de medidas afirmativas não exclui dos estudantes cotistas, durante a graduação, o enfrentamento do arcabouço meritocrático presente nas IES (PAULA, 2017; MIRANDA, 2016).

A meritocracia não “respeitada” no acesso à universidade se faz presente no cotidiano dos estudantes de ações afirmativas em virtude da “necessidade” de tirar boas notas, participar de projetos de pesquisa, extensão e monitoria, por exemplo. A “necessidade” de obter um bom desempenho acadêmico vem de encontro a um conceito vivenciado pelos gestores e docentes das universidades Brasileiras, o produtivismo acadêmico. Termo que considera a produção científica como estratégica para o desenvolvimento do país e incita as IES a participarem de sistemas de avaliação dos cursos e da carreira docente. Ela é medida principalmente na produtividade acadêmica, quantificada pelas publicações científicas (VOSGERAU et al., 2017).

Neste aspecto, discute-se o conteúdo das representações dos professores frente às dificuldades dos estudantes ao cursar nutrição, no contexto das PAA na universidade (Quadro 3). Foi consensual entre os docentes, o relato de que estudantes cotistas apresentam conhecimento reduzido referentes aos conteúdos

ISSN 2178-6925

básicos de ensino médio. O que seria traduzido nas altas taxas de reprovações nos períodos iniciais da graduação, podendo contribuir para a redução da qualidade do curso superior.

Essa representação pode estar alicerçada na condição de “pesquisador-publicador” enfrentada pelos docentes, bem como pela influência de pesquisas e matérias veiculadas pela mídia que questionam a legitimidade das PAA. Essa realidade, “pesquisador-publicador”, contrapõe-se ao papel essencial do professor universitário. Caracterizado por ser um dos protagonistas no processo de ensino aprendizagem, na produção e na circulação do conhecimento nos espaços de ensino e pesquisa e no engajamento em causas sociais, políticas e econômicas (NERES; SILVA, 2010; CAMPOS; FERES JÚNIOR, DAFLON, 2013; VOSGERAU et al., 2017). Realidade esta que merece ser discutida, porém não constitui o escopo da presente pesquisa.

Os docentes também referiram, de maneira consensual, haver pouco contato entre professores e estudantes. E relataram como justificativas desse distanciamento, a sobrecarga de atividades acadêmicas e a falta de tempo dos estudantes. No entanto, uma docente justificou que o pouco contato entre professor e estudante ocorre em virtude da não representatividade ou não identificação do estudante cotista para com o professor. Essa não representatividade, mencionada em dois outros estudos pode interferir na permanência do estudante na universidade (BARDAGI; HUTZ, 2012; NERES; SILVA, 2010).

Um estudo qualitativo identificou, entre estudantes evadidos de faculdades do Rio Grande do Sul (RS), fatores que motivaram a saída da graduação. Evidenciaram-se como fatores motivadores para o abandono: a formalidade excessiva dos docentes, o pouco interesse com os problemas individuais dos estudantes e a competitividade entre os professores. Essa não representatividade de professores e estudantes, sobretudo para os cotistas, também pode ser justificada pela diferença do capital cultural (acesso à cultura) existente entre esses grupos (BARDAGI; HUTZ, 2012; LIMA, CAMPOS, 2015).

A maior parte dos professores referiu desconhecer os estudantes ingressos por cotas daqueles oriundos pelo sistema universal. E identificaram que questões econômicas, étnicas, raciais e de comprometimento segregam os estudantes durante a graduação. Esse comprometimento na realização das atividades acadêmicas leva

ISSN 2178-6925

ao melhor desempenho dos estudantes e motiva discriminação, bem como a formação de grupos com base no comprometimento:

> *A gente trabalha em grupo, eu vejo a segregação em grupos pela... éee pelo comprometimento dos estudantes. Então* ***aqueles estudantes que trabalham bem*** *que entregam tudo na data certa, no horário, que* ***trabalham mesmo, eles se juntam e aí são estudantes...*** *aqueles levam com a barriga, deixam pra lá...Eles vão se juntar, independente se é ou não de cotas. (*Fala de uma professora. Grifos dos autores)

Um conteúdo não consensual, porém, importante, por estar relacionado com a sobrecarga de atividades acadêmicas e a discriminação decorrente do desempenho, foi a ocorrência de distúrbios psicológicos, relatado tanto pelos dois grupos de estudantes quanto por professores:

> *Por que falo de experiência própria e* ***experiência de colegas que tomam antidepressivos...Eu tive crise de ansiedade*** *e não tive nem coragem de falar pro professor o que "tava" acontecendo...* (Fala de uma estudante não cotista. Grifos dos autores)
>
> ***Eu já tive crise de ansiedade*** *e tive que ficar três dias tomando remédio.* (Fala de uma estudante não cotista. Grifos dos autores)
>
> ***O estudante tá ficando meio "surtado".*** *Sabe isso tá refletindo em problema psicológico. Então o estudante, ele agride e maltrata a mãe e irmã, quer até pensar em suicídio...porque assim ele não consegue acompanhar essa competição...E aí falo assim, é competição de tudo, resumindo social, puramente econômica, e realmente assim... Eu sei que ele é bom, então* ***eu tenho que ter nota melhor do que ele****, então isso gera um* ***problema psicológico****...Assim que eu tô vendo muito forte sabe? Eu acho isso um dos principais problemas.* (Fala de um professor. Grifos dos autores)

Um estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) sobre o perfil dos estudantes das universidades federais, mostra que quase metade dos estudantes relatam ter vivenciado dificuldades emocionais que afetaram o desempenho acadêmico, no último ano. Dentre as quais destacam-se ansiedade, insônia, sensação de desamparo/desespero/desesperança, sensação de desatenção/desorientação/confusão mental e depressão (ANDIFES, 2019).

ISSN 2178-6925

Diante das dificuldades relatadas por professores e estudantes, percebe-se que a valorização do desempenho acadêmico em detrimento da identificação e discriminação entre cotistas e não cotistas é um conteúdo consensual, uma RS dialogável entre os participantes dos três GF. Frente aos enfrentamentos do cursar Nutrição apresentadas tanto por professores quantos por estudantes foi apresentado, de maneira consensual por esses grupos, a necessidade de realizar ações que promovam apoio acadêmico para os estudantes com dificuldades de aprendizagem. Para os não cotistas e professores, tais atividades ocorreriam essencialmente por meio de ações de ensino aos estudantes cotistas, traduzidas nas unidades de contexto suporte acadêmico e apoio pedagógico, respectivamente. Para os cotistas as atividades de apoio acadêmico seriam destinadas a todos os estudantes com dificuldade de aprendizagem. Percebe-se que as sugestões dos três grupos estão voltadas apenas para as questões que envolvem o desempenho acadêmico. Realidade esta que motiva a discriminação entre os estudantes (Quadro 4).

Quadro 4. Conteúdos da Representação Social de estudantes cotistas, não cotistas e professores referente a categoria temática "Sugestões para contribuir na efetivação da política de ações afirmativas no curso e na universidade". Goiânia, 2017. Conteúdos apresentados em ordem decrescente de frequência.

Grupos	Unidades de contexto	Unidades de registro
Cotistas	Apoio acadêmico aos estudantes	- Oferecer apoio acadêmico aos cotistas e não cotistas com dificuldades de aprendizagem
	Apoio psicológico a todos os estudantes	-
Não Cotistas	Suporte acadêmico	- Aumentar a divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão - A faculdade deve desenvolver atividades de ensino aos estudantes cotistas com dificuldade de aprendizagem
	Apoio psicológico a todos os estudantes	- Facilitar o acesso dos estudantes aos programas de apoio psicológico existentes na faculdade
Professores	Apoio pedagógico aos estudantes cotistas	- Realização de monitoria para os estudantes cotistas com a participação dos alunos da pós-graduação

Vale destacar que o grupo de professores, ao inserir os estudantes da pós-graduação como monitores das atividades de apoio pedagógico aos estudantes cotistas, reforçam a retirada de maneira inconsciente ou não, a corresponsabilidade no processo de efetivação da PAA na universidade. O professor, ao se ausentar da

ISSN 2178-6925

responsabilidade, demonstrada pelas lacunas de conhecimento apresentadas por estudantes cotistas, perde a oportunidade de se aproximar deste estudante, de compreender seu contexto e suas limitações (Quadro 4). Fato que potencializa o distanciamento entre estudante e professor, resultado encontrado aqui e referido em pesquisa realizada com estudantes evadidos de universidade públicas e privadas do estado do Rio Grande do Sul (BARDAGI; HUTZ, 2012) e em Goiás, com público semelhante (TOMÉI et al., 2022).

No entanto, é fato a falta de preparo do professor para lidar com o novo perfil socioeconômico, demográfico e cultural do estudante que ingressa na universidade, totalmente diferente do perfil elitizado de estudantes que as universidades federais recebiam antes da implantação das PAA (PACHANE; VITORINO, 2015).

Estudantes cotistas e não cotistas sugeriram que diante das dificuldades enfrentadas durante a graduação, seria necessário a universidade ampliar a oferta de programas de apoio psicológico. Outras possibilidades seriam em investir em ações que evitem o desenvolvimento de distúrbios psicológicos entre os estudantes.

Diferente das sugestões apresentadas pelos três grupos, uma pesquisadora de um núcleo de psicologia política, que investigou as dificuldades relacionadas à permanência de estudantes universitários, propõe que a valorização afirmativa das trajetórias e identidades de estudantes negros e pobres, considerado pela autora do estudo, o principal eixo de ação a ser considerado na luta pela permanência dos cotistas na universidade (MAYORGA; SOUZA, 2012).

Considerações Finais

Este estudo evidenciou que estudantes cotistas, não cotistas e professores, compartilham representações sobre a PAA (inclusão e valorização do desempenho acadêmico) que podem estar relacionados ao ideal de democracia racial naturalizado há gerações, a falácia gerada pela concepção de que todos são iguais e a meritocracia. A representação para estes grupos é de que a PAA permite a inclusão de grupos vulneráveis na universidade, porém, para que estes permaneçam no curso é necessário alcançar, por mérito, um bom desempenho acadêmico. Ou seja, se constitui em uma inclusão/excludente. Neste sentido, ao considerar a temática aqui estudada, torna-se essencial questionar a estrutura naturalizada do ideal de democracia racial e hierarquia social, a fim de evitar que as políticas afirmativas se

ISSN 2178-6925

tornem medidas que incluem o acesso, mas excluem na permanência ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. C.; et al. Fatores estressores que interferem na vida ou no contexto acadêmico dos estudantes de Nutrição do início do curso: comparação entre estudantes ingressos pelas ações afirmativas e ampla concorrência. PIP - Seminário de Iniciação à Pesquisa Científica, Tecnológica e em Inovação (PRPI). **19º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás** (CONPEEX). p. 847.

ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Andifes, 2019.

BARBOUR, R. **Grupos Focais.** Porto Alegre, 2009. 216p.

BARDAGI, M.P.; HUTZ, C. S. Rotina Acadêmica e Relação com Colegas e Professores: **Psico,** Porto Alegre, PUCRS. 2012;43:174-84.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 3.ed. São Paulo, 2016. 141p.

BAYMA, F. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. **Ens Avaliação e Políticas Públicas em Educ.** 2012; 20: 325-46.

BRASIL. **Decreto nº 6.096 de 24 de Abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que é o Enade?** 2017;1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde** - PNPS: Brasília, 2018. 40 p.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. Physis Rev Saúde Coletiva. 2007;17:77-93.

CAMPOS, L.A.; FERES JÚNIOR, J.; DAFLON, V. T. Administrando o debate público: o Globo e a controvérsia em torno das cotas raciais. **Rev Bras Ciência Política.** 2013;7-31.

CAMPOS, P.H.F. Os 'Excluídos de Dentro' ou Porquê se Tornou 'Proibido' Falar de Exclusão Social. **Rev Educ e Cult.** 2017;1-9.

CASTRO, A.; KOELZER, L. P. Representações sociais na internet sobre cotas para negros em universidades federais Social. **Cad Pesq Interdiscip Ciênc Hum**. 2014; 202-20.

CAVALCANTE, C. V. **Educação superior, política de cotas e jovens**: das estratégias de acesso às perspectivas de futuro. Universidade Federal de Goiás, 2014.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J. Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. **Rev Compolítica**. 2012; 2:1-28.

DAFLON, V.T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L.A. Ações Afirmativas raciais no ensino superior público Brasileiro: um panorama analítico. **Cad Pesqui**. 2013; 43:302-27.

DUBET F. Qual democratização do ensino superior? **Cad CRH.** 2015;28:255-65.

FERES JR, J; DAFLON, V. T. Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica. **Sociologias.** 17; 40: 92-123, 2015.

GEMAA. Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (2011). **O que são ações afirmativas?** GEMAA. Disponível em: http://gemaa.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/ (Acesso em 21 December 2023).

GUARESCHI, P. A. **Pressupostos psicossociais da exclusão**: competitividade e culpabilização. In: vozes (ed) As artimanhas da exclusão - análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ, 2014, p. 143-57.

HAAS, C.M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Rev Bras Estud Pedagógicos.** 2012;93:836-63.

JODELET D. **As Representações Sociais: um domínio em expansão.** In: Editora da UERJ (ed) As Representações Sociais. Rio de Janeiro, 2001, p. 17-44.

JÚNIOR, J; AUGUSTO, L.; TOSTE, V. Fora de quadro: a ação afirmativa nas páginas d' O Globo. **Contemporânea.** 2011; 1:61-83.

LAHLOU, S.; ABRIC, J. C. What are the 'elements' of a representation?. **Pap Soc Represent.** 2011;20:1-20.

LIMA, R.C.P.; CAMPOS, P.H.F. Classes sociais, campo, grupos: Contribuições para pensar a função social da escola. **ETD Educ Temática Digit.** 2015;17:633-52.

MAYORGA, C.; SOUZA. , L. M. Ação afirmativa na universidade: a permanência em foco. **Rev psicol polit.** 2012;12: 263-81.

MIRANDA, S. F. Incursões do negro no Sistema Educacional Brasileiro: uma análise crítica da bibliografia. **Rev Educ e Cult Contemp**. 2016; 13:1-25.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais:** investigações em psicologia social. 11th ed. Petrópolis, RJ, 2015.

NÉRES, A.; SILVA, A. **Condições de permanência na Universidade Federal de Rondônia.** In: UFRJ (ed) Condições de permanência de estudantes de origem popular no espaço acadêmico. Rio de Janeiro, 2010, p. 121-30.

NEVES, P.S.C.; FARO, A.; SCHMITZ, H. As ações afirmativas na Universidade Federal de Sergipe e o reconhecimento social: a face oculta das avaliações. **Ens Avaliação e Políticas Públicas em Educ.** 2016; 24:127-60.

PACHANE, G. G.; VITORINO, B. M. A expansão do ensino superior no Brasil pelo programa REUNI: democratização da formação universitária ou apenas uma ambivalência legal? **POIÉSIS.** 2015; 9: 438-56.

PAULA, M. F. C de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Rev Aval Educ Super.** 2017;22:301-15.

PASSOS, J. C. Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educ em Rev**. 2015;31:155-82.

QUEIROZ, E.; RESENDE, A.; FARIA, G. G. Ações afirmativas na educação superior brasileira: os desafios da inclusão/exclusão. **VIII Jornadas de Sociología de la UNLP**; 2014; 1-16.

SANTOS, L.R.; et al. Estudantes de nutrição no programa de ações afirmativas da UFG: perfil demográfico-cultural. **13º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás** (CONPEEX), 2016, p. 457-59.

SILVA, C. L. A Carta ao Leitor de Veja : um estudo histórico sobre editoriais. **Intercom – Rev Bras Ciências da Comun**. 2009; 32:89-107.

SILVA, N. R.; et al. Estudantes de nutrição no programa de ações afirmativas da UFG: perfil socioeconômico. **13º Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão da Universidade Federal de Goiás** (CONPEEX), 2016, p. 1112-4.

TOMÉI, M. C. M.; et al. Rendimento acadêmico e formas de acesso a uma universidade pública federal: fatores associados. **Rev. Bras. Polít. Adm. Educ.**; 38:1; e113096, 2022.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Avanços nas Ações Afirmativas com a Lei de Cotas.** 2022. Disponível em: https://jornal.ufg.br/n/155775-avancos-nas-acoes-afirmativas-com-a-lei-de-cotas. Acesso em 17 fev 2024.

SILVA, P. P.; GIROTTO, E. D. O novo perfil de estudantes do Curso de Geografia da USP: políticas de permanência e currículo. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, 2021. p. 1-20.

VOSGERAU, D. S. R; et al. Produtivismo acadêmico e suas repercussões no desenvolvimento profissional de professores universitários. **Educ Soc.** 2017;38:231-47.